



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA do Empreendimento “Extração de Argila”, de responsabilidade da ASPACER – Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento, realizada no Município de Santa Gertrudes / SP.**

Realizou-se, no dia 03 de setembro de 2009, às 17 horas, na Câmara Municipal de Santa Gertrudes, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA do empreendimento “Extração de Argila”, de responsabilidade da ASPACER – Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento. Dando início aos trabalhos, a Secretária-Executiva Adjunta do Consema, Cecília Martins Pinto, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores João Vitti, Prefeito Municipal de Santa Gertrudes, Pedro Garcia, Vice Prefeito de Santa Gertrudes, Edna Buoro Jorge, Secretária de Educação do Município de Santa Gertrudes, Du Altimari, Prefeito do Município de Rio Claro, Edelcir Theodoro de Lima, representante do Prefeito de Cordeirópolis, Carlos Cezar Tamiazo, Amarildo Sperber, Secretário de Obras do Município de Santa Gertrudes, e Aldo Caperucci, Secretário de Segurança do Município de Santa Gertrudes –, do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores, Lázaro Noé da Silva, Presidente da Câmara Municipal do Município de Santa Gertrudes, e José Walter Ceregatto e Luís Carlos Barros, Vereadores do Município de Santa Gertrudes –, dos órgãos públicos – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Cátia Loureiro, Gerente da Agência Ambiental de Piracicaba, e Geraldo Amaral, Gerente do Departamento de Gestão Ambiental da Agência Ambiental de Piracicaba –, das organizações da sociedade civil, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental–EIA/RIMA do empreendimento “Extração de Argila”, de responsabilidade da ASPACER – Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições estas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, a Secretária-Executiva Adjunta do Consema esclareceu que seu papel nas audiências públicas era completamente isento e que sua função era tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra, de modo a garantir que aqueles que têm alguma coisa a dizer sobre o empreendimento possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Em seguida, expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. João Oscar Bergstron Neto, Presidente da ASPACER – Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento – ofereceu um breve histórico da empresa e as principais características do projeto que se pretende implantar, e os geógrafo George Longitano e Valdir Nakazawa, representantes da Ampla Meio Ambiente, apresentaram com detalhes os estudos ambientais, dando ênfase à análise dos principais aspectos do empreendimento, aos estudos realizados e às medidas que seriam implementadas para mitigar e/ou compensar os impactos mais significativos que serão causados. Passou-se à etapa em que se manifestam as pessoas em seu próprio nome. Claudinei Corte, depois de declarar que trabalha com cerâmica há mais de doze anos e participou dessa argileira por ser vinculado a uma empresa envolvida com ela, comentou que o



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

produto de base vermelha é conhecido como barro ou barrão, ou seja, é um produto que evoluiu em doze anos e que, por obedecer às normas técnicas se faz presente em trinta países, e que a matéria-prima especificamente desta argileira é uma das melhores já trabalhadas na região, podendo contribuir, portanto, para o enriquecimento não só do município como também da região, na medida em que beneficiará toda a população. Fábio Anderson Bertolucci comentou que a aprovação do complexo argileiro trará empregos diretos e indiretos, contribuindo, pois, para o crescimento da renda do município, além de diminuir o custo do produto para o consumidor final, uma vez que essa matéria-prima encontra-se no quintal da casa de cada um dos moradores, não se tornando necessária a despesa com transporte. Comentou, também, que a exploração será feita de forma sustentável, e que, caso esse projeto não seja aprovado, a situação dos ceramistas ficar bem mais difícil. Darci Francisco Peruque Júnior, depois de comentar que o Brasil é o segundo maior consumidor de cerâmica no mundo e que se trata de um produto que se faz presente em todo lugar, argumentou que algumas empresas estudam a possibilidade até de abrir novas unidades em outras regiões, principalmente no Nordeste, visto que lá também há alguns pólos de cerâmica, mas que gostaria de permanecer no Estado de São Paulo num ambiente ao qual contribui com sua força de trabalho. José Augusto Santos de Souza comentou que vê nesse empreendimento um fator muito importante para o crescimento da região, a qual depende praticamente ou exclusivamente do setor cerâmico, e que outro fator importante aspecto é o ambiental, pois, como dizem os conhecedores, todo empreendimento deve caminhar par a par com a questão ambiental, e que projeto respeita o meio ambiente, pois implementará medidas e ações que mitigarão os impactos que provocará, razão por que presume que ele será aprovado. Luiz Antônio Rosa comentou que, numa região onde é produzido quase 70% do piso do Brasil, não há por que discutir esse projeto, até mesmo porque dele depende o emprego de milhares de pessoas. Waldir Júnior comentou que representa os profissionais que vieram de fora dessa região e que poderão contribuir para o seu desenvolvimento, ao contrário da grande maioria, e que reconhece a importância desse produto no cenário econômico brasileiro e mundial. Comentou, também, que reiterava as palavras do diretor da Aspacer, José Oscar, pois os números ilustram plenamente a importância dessa atividade no âmbito da cadeia produtiva da construção civil, sendo o piso cerâmico o terceiro produto do PIB, só ficando atrás do cimento e do aço. Comentou igualmente que a arte de fabricar cerâmica é milenar e que, segundo a história, ela surgiu antes da descoberta do fogo, e que, portanto, a humanidade evoluiu com a cerâmica e, quanto mais difícil for a obtenção da argila, mais difícil será a evolução da humanidade. Comentou, por fim, que o piso cerâmico produzido na região traz, além do conforto da estética, uma contribuição inestimável para a saúde pública, pela higiene que proporciona, e que, portanto, defender a exploração da argila, a matéria-prima que produz a cerâmica, é defender muito mais do que a simples manutenção dos empregos e das empresas que os produzem. Concluiu argumentando que entende ser impossível fazer uma omelete sem quebrar os ovos, mas que se tem a responsabilidade de devolver ao meio ambiente aquilo que dele se retirará, pois com um projeto bem-elaborado, cujos aspectos técnicos deverão ser discutidas e debatidos com os órgãos competentes, sem dúvida alguma uma série de benefícios a implantação e o funcionamento desse empreendimento trarão para a região. Renata Galhardo comentou que é profissional na área de recursos humanos e que enxerga a importância desse projeto com relação à geração de empregos e à sua manutenção, já que estão em andamento. Douglas Goulart comentou que se pronuncia como economista que enxerga os números apresentados, o que o leva a entender que os empreendedores do ramo cerâmico têm um potencial cada vez maior para competir e reduzir os custos dos produtos e cada vez mais gerar empregos,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

deixando a economia e a sociedade cada vez melhores Paola Bello declarou que entende a importância do empreendimento e da questão do emprego – sua geração e manutenção –, mas que questiona o comprometimento quantitativo e qualitativo das águas da microbacia do Ribeirão Santa Gertrudes, cuja disponibilidade para a região diminuirá com o funcionamento desse empreendimento. Comentou que não entende como ficará a disponibilidade hídrica daqui a quatorze anos e solicitava se esclarecesse quais medidas serão adotadas para minimizar os impactos que o empreendimento causará nas águas subterrâneas e como a concessão de poços suprirá a necessidade que a população tem da água. Danilo Leme Souza teceu comentários sobre a qualidade do ar de Santa Gertrudes, que já se encontra saturada, atingindo diretamente a população com doenças respiratórias, principalmente idosos e crianças, e que, com a implantação desse empreendimento, todas as atividades do pólo cerâmico serão intensificadas, pois serão criadas novas indústrias, intensificadas a produção, e, sem nenhuma dúvida, aumentada a emissão de poluentes. Declarou que, desse modo, se torna necessária a instituição de programas de saúde para atender à população, com incentivo aos postos de saúde, asilos e escolas, inclusive para aquisição de aparelhos de inalação. Rogério Eduardo Ferreira declarou ser prestador de serviços na área de segurança do trabalho na região e que vê esse empreendimento como de suma importância não só para a cidade de Santa Gertrudes como para toda a região, em decorrência da contribuição que oferecerá para o seu desenvolvimento, e que os estudos ambientais deixam claro que os possíveis impactos ambientais serão perfeitamente gerenciáveis.. José Aparecido declarou que é operador de máquinas há trinta anos e que há quase dez anos trabalha no Grupo Sedasa, e que, graças à atividade ceramista argileira do pólo ceramista de Santa Gertrudes, sua família e seus amigos sobrevivem. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Lázaro Noé da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Santa Gertrudes, comentou que, está de pleno acordo de que esse empreendimento contribuirá para o desenvolvimento do município, o que acha muito importante, mas que luta pela preservação dos recursos hídricos, motivo por que solicita que se execute o desassoreamento e o gerenciamento dos Rios São Bento, Harmonia e Retiro. Declarou que está de acordo e apóia a implantação desse empreendimento, pelo desenvolvimento que possibilitará, mas que é preciso que esses rios sejam gerenciados, porque, do contrário, não se terá mais água para abastecer o Município. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Edna Buoro Jorge, Secretária Municipal de Educação de Santa Gertrudes, comentou: 1) que a Secretaria Municipal de Educação de Santa Gertrudes, propôs fosse incluída entre as ações de responsabilidade do complexo argileiro para o Município a implementação do Programa de Educação Ambiental – Cidade Verde, a ser desenvolvido no âmbito das escolas da rede municipal de ensino e voltado para a conscientização ambiental dentro do modelo sustentável; 2) que o escopo da Educação Ambiental deve ser essencialmente o de criar oportunidades que possibilitem a ampliação do interesse, engajamento e a participação das pessoas nas iniciativas sócio-ambientais; 3) que é viável que se promova a exploração das jazidas de argila no Município sem prejuízo do meio ambiente local; 4) que o desenvolvimento sustentável deve ser buscado, posto que a principal fonte de renda do Município provém da atividade argileira; 5) que deve ser propiciado à população local detalhados esclarecimentos quanto às repercussões do empreendimento sob análise; 6) que a campanha de esclarecimento seja deflagrada também e de modo particular no âmbito das salas de aula; 7) que a Educação Ambiental é mais que uma simples disciplina escolar, constituindo-se em requisito ao próprio exercício da cidadania; e 8) que o projeto baseia-se em parceria entre o setor cerâmico, a Secretaria Municipal de Educação e a Prefeitura Municipal sob o compromisso de se



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

levar a termo enorme diversidade de ações ambientais. João Vitte, Prefeito do Município de Santa Gertrudes, comentou: 1) que sente-se tranqüilo quanto à questão de estar a economia da cidade integralmente voltada ao ramo ceramista; 2) que tem buscado dar toda a atenção devida à questão ambiental, incentivando inúmeros projetos e iniciativas na área, como o desenvolvido pela Unesp; 3) que crê que o projeto não enfrentará maiores entraves em sua implementação, do ponto de vista técnico; 4) que a questão relacionada à contaminação dos lagos de Santa Gertrudes aguarda definição final até 30/10/2009, ocasião em que terá lugar uma última reunião sobre o assunto; e 5) que a Prefeitura está comprometida, juntamente com a Câmara Municipal, com a fiscalização da implementação do projeto, de modo a evitar prejuízos ao meio ambiente. João Oscar Bergstron Neto, Presidente da ASPACER – Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento, comentou: 1) que está à disposição de todos para responder aos questionamentos e prestar esclarecimentos; 2) que os ceramistas brasileiros enfrentam grandes dificuldades para manter o crescimento da indústria face à competição com os chineses, necessitando para tanto aprimorar sua qualificação profissional, e que a ASPACER tem desempenhado fundamental papel nesse contexto; 3) que, inobstante o relevo que se dá à inegável responsabilidade que os empresários do setor cerâmico têm com o meio ambiente, nossa legislação a respeito é muito mais evoluída que a chinesa, e ainda assim o país tem condições de barrar os produtos chineses, graças à argila de Santa Gertrudes e região; e 4) que tem a certeza de que todo o investimento técnico necessário para se garantir que a implementação do projeto será feito, em prol da manutenção de sua sustentabilidade. Valdir Nakazawa, representante da AMPLA Meio Ambiente, comentou: 1) que o EIA/RIMA preocupou-se particularmente com a disponibilidade da água e qualidade, baseando-se em estudos desenvolvidos por cientistas do Laboratório de Estudos de Bacias Hidrográficas da Unesp; 2) quanto à questão de haver ou não um impacto importante e negativo sobre as disponibilidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos enfatizou que a preocupação desse estudo é quantificar e qualificar o possível impacto do projeto, de modo a não comprometer a demanda de água do Município e impedir que se verifiquem danos ambientais nesse contexto; 3) que o que provocou o impedimento de captação em 2004 e 2005 foi a turbidez e a presença de sedimentos finos em suspensão na água, provocada pelo aporte da erosão dessas áreas de extração, e que o sistema simples de contenção usado para o procedimento arenoso, que são as caixas de retenção, não funcionam, e ainda que por conta disso foi proposto um sistema de barragens e filtros, ou seja, toda gota de água que cair dentro das cavas e das cavas aportará os corpos d'água, que são os afluentes do Ribeirão Santa Gertrudes, passando antes por uma barragem filtro que reterá toda essa carga de sedimentos, permitindo que a água que chegar aos reservatórios saindo das áreas de lavra seja uma água livre desses sedimentos, medidas estas de controle e de mitigação de fácil implantação, tecnicamente funcionais e trabalhadas eficientemente; 4) que tem a firme convicção de que estes instrumentos irão funcionar, posto que esses reservatórios de controle de regularização não exigem mecanismos sofisticados, bastando apenas a manutenção das obras civis; 5) com relação à qualidade do ar, disse que, hoje, o impacto proveniente do transporte seria muito mais relevante do que o da própria lavra, e que atualmente, nessa trama viária, já se emite sem esse empreendimento, 10.400 toneladas por ano de material particulado ao ano, e que, com a previsão legal do Decreto 50.753/2006, depois revisado pelo Decreto 52.469/2007, quanto aos mecanismos de compensação, entre os quais está prevista a pavimentação de todo o sistema viário que hoje é de terra, será reduzida a emissão de 10.400 para 362 toneladas ao ano, gerando um crédito a ser utilizado nos termos do Decreto, repercutindo ao final num aumento da atividade com menos emissão, tudo devidamente detalhado no EIA/RIMA, volume 2, anexo 18, em estudo de modelagem de dispersão atmosférica;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

6) com relação à questão da Educação Ambiental, disse não haver recebido proposta de programa específico nesse âmbito, e que isso será apresentado em mais detalhes nos projetos executivos dos programas ambientais por ocasião da solicitação da licença e instalação, mas que, se for necessário ou conveniente e que se faça uso de um programa de educação ambiental específico voltado para a comunidade externa, poderá ser feito, muito embora isso tenha sido tratado em boa parte dos programas ambientais já propostos. Celina Bragança Cláudio, Arquiteta representante do Departamento de Licenciamento da Cetesb, comentou que a audiência pública é típica desse procedimento, especialmente no EIA/RIMA; que o projeto dá entrada junto ao departamento, que conduz esta análise com o apoio de vários setores da Companhia e de órgãos externos, e é nesta fase que encontra-se atualmente: aguardando manifestações que integrarão o projeto; este estudo já foi levado ao Comitê PCJ, ao antigo DPRN, atual Agência Ambiental, e à Agência de Controle da CETESB; acrescentou que, a partir destas manifestações setoriais, é levado ao Departamento, onde será elaborado um parecer técnico, após um momento intermediário de solicitação de informações complementares e requisição de informações subsidiadas nesta audiência, que serão levadas ao empreendedor, que terá o encargo de respondê-las; a partir de então, terá elementos para respostas e elaboração de um parecer técnico que será encaminhado ao Consema, que por sua vez fará a avaliação e a aprovação do estudo, prosseguindo-se então com o licenciamento prévio e avaliação da viabilidade ambiental do empreendimento, após o que passa-se para a segunda etapa que é o cumprimento das exigências técnicas para a licença de instalação do empreendimento, seguida da terceira e última fase, a da licença de instalação. A Secretária Executiva Adjunta do Consema declarou terem sido seguidas as etapas das audiências e informou que todas as pessoas que desejarem ainda contribuir para o aprimoramento desse projeto terão até cinco dias úteis para fazê-lo, ou encaminhando sua contribuição, pelos Correios, para a Secretaria-Executiva do Consema ou protocolando-a diretamente nesse setor. Depois de agradecer, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, a presença de todos, declarou encerrados os trabalhos. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação da Secretaria Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.